

8 DEZ 1987

Constituinte discute acesso de estrangeiros a mineração

JORNAL DO BRASIL

Aluc . p 15

BRASÍLIA — Quando o plenário da Constituinte começar a discutir as teses aprovadas pela Comissão de Sistematização, os parlamentares serão continuamente bombardeados pelos grupos que defendem ou são contrários à participação de empresas estrangeiras no setor mineral. Por enquanto, os dois lados juntam munição para aquilo que, no Congresso, está sendo chamado de "guerra da mineração".

De um lado, estão as empresas estatais, principalmente a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), vinculada ao Ministério das Minas e Energia, a associação que reúne seus funcionários (Conae), a Federação Nacional dos Engenheiros de Minas, a Confederação Nacional dos Geólogos (Conage) e os sindicatos de garimpeiros.

Essas entidades formam uma espécie de frente ampla contra o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que, embora agrupe mineradoras estatais, federais e estaduais, e empresas privadas, tem sido criticado por estar representando mais os interesses majoritários de companhias internacionais da área de mineração.

Riscos — A questão se acirrou quando a Comissão de Sistematização, no artigo 206 do relatório final, aprovou o item que condiciona o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais por brasileiros ou empresas nacionais à "autorização ou concessão da União, por tempo determinado".

Segundo o presidente do Ibram, João Sérgio Marinho Nunes, a incorporação defini-

tiva desse artigo na Constituição inviabilizará grande parte da atividade mineral no Brasil, pois as empresas internacionais se negarão a utilizar o artifício de nomear testas-de-ferro apenas para se adequarem ao preceito constitucional. Marinho Nunes também abriu baterias contra o ministro Aureliano Chaves, por ele responsabilizado pelas dificuldades de natureza institucional que o setor atravessa.

Tão logo o presidente do Ibram colocou o ministro das Minas e Energia em sua alça de mira, começou a contra-ofensiva dos setores auto-intitulados de "progressistas". Na CPRM foi articulado esquema de apoio à manutenção do artigo 206, sob a coordenação do diretor de Administração, José Alberto Assumpção. José Ribeiro Mendes, geólogo da CPRM e integrante da coordenação nacional das associações de empregados da companhia, afirma que "tal como foi proposto pela Comissão de Sistematização, a soberania nacional do subso-lo está muito mais garantida".

Mendes e Assumpção estão engajados no apoio ao ministro Aureliano Chaves. Eles entendem que "o ministro nunca foi omissivo em relação à mineração. Só que, na Constituinte, ele deliberadamente não se envolveu em lobbies, não interferindo no processo constitucional, deixando que as teses nacionalistas fluíssem naturalmente".

— O ministro Aureliano Chaves está a serviço dos interesses nacionais — garante José Ribeiro Mendes, salientando que "não se pode confundir omissão com respeito ao processo constituinte".